

JORNAL DO BRASIL Ócio Parlamentar

6 AGO 1985

PRIVADOS pelo regime autoritário de suas tradicionais prerrogativas, buscaram os parlamentares brasileiros compensar-se com a aquisição de um grande número de privilégios. O autoritarismo se foi, os privilégios ficaram. Incorporaram-se às vantagens de ter uma representação e em alguns casos estenderam-se generosamente àqueles que servem — ou deveriam servir — aos membros das duas Casas do Congresso.

Alguns desses privilégios interferem com a própria representatividade do Parlamento. É o caso, por exemplo, da chamada **candidatura nata**. Por esse dispositivo criado em plena ditadura, os deputados e senadores que venham a pleitear um novo mandato estarão desobrigados de disputar nas convenções partidárias com aqueles que, para fazê-lo, terão obrigatoriamente de contar com o apoio de um percentual mínimo de delegados. Fecha-se assim, muitas vezes, o caminho à renovação do legislativo e frustram-se lideranças políticas emergentes.

Mas, entre os tantos privilégios parlamentares com os quais não sonha sequer o contribuinte, um está acima de todos: o de não trabalhar. Para cumprir os deveres impostos pelo voto, deputados e senadores são regularmente pagos. Para que se sintam estimulados a desempenhar suas funções, acena-lhes o Congresso com toda uma coleção de atrativos: **jettons** pelo comparecimento, quatro passagens aéreas por mês entre Brasília e os Estados que representam, mais um bilhete mensal para vir ao Rio de Janeiro descansar de tanto esforço. Só que os

congressistas aceitam todas essas ofertas e continuam a não trabalhar.

Obter quorum para reunir uma comissão exige todo um trabalho de aliciamento dos que a compõem. Começar uma reunião e manter o quorum até o encerramento é utopia. Levar os representantes do povo ao plenário é tarefa para mitológicos pastores, capazes de juntar rebanhos e conduzi-los ao aprisco. Férteis na apresentação de projetos, a maioria dos deputados e senadores é avessa a seguir sua tramitação e sobretudo a julgar a matéria que finalmente consegue chegar à pauta de votação.

Para contornar a invencível falta de vontade de trabalhar criou-se em certa época o voto de liderança. Agora que ele está suspenso, as matérias acumulam-se, criam mofo, perdem oportunidade. A Câmara determinou um dia da semana para que os deputados compareçam e, sem discussões inúteis, desencilhem pelo menos aquilo que ganhou a rubrica de **urgentíssimo**. Mas mesmo esse mínimo poucas vezes é alcançado.

Meio para induzir senadores e deputados a cumprirem ao menos os seus deveres essenciais só existe um: reduzir os privilégios, cortar vantagens que são simplesmente imorais, como é o caso do pagamento dos **jettons** aos ausentes, ou estabelecer sanções para os que não levam a sério seus mandatos. É vergonhoso, mas no momento não há outro caminho à vista para que os dirigentes do Senado e da Câmara dêem aos cidadãos esta satisfação que eles reclamam pelos bilhões de cruzeiros que lhes pagam anualmente.